

MERCADO LINGÜÍSTICO: UMA INTERPRETAÇÃO DA IMBRICADA RELAÇÃO ESTRUTURA LINGÜÍSTICA E ESTRUTURA SOCIAL

LINGUISTIC MARKET: AN INTERPRETATION OF THE CLOSE RELATIONSHIP LANGUAGE STRUCTURE AND SOCIAL STRUCTURE

MERCADO LINGÜÍSTICO: UNA INTERPRETACIÓN DE LA IMBRICADA RELACIÓN ESTRUCTURA LINGÜÍSTICA Y ESTRUCTURA SOCIAL

Silvia Maria BRANDÃO*

Resumo: Este artigo resulta de uma análise da alternância entre formas verbais que se encontram em sentenças condicionais encabeçadas pela conjunção –SE e que repousam sob a noção de *irrealis* (GIVÓN, 1995) – Ex.: *Se eu tivesse dinheiro, compraria/comprava/ia comprar/iria comprar uma ilha*. Os 216 dados analisados provêm de amostras de fala produzidas no interior paulista no início do Séc. XXI (GONÇALVES, s.d.). Com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG 1968, LABOV 2008 [1972], 1994, 2001), os resultados demonstram que o uso do imperfeito tem avançado a miúdo. Contudo, mesmo com esse aumento, o futuro do pretérito apresenta resistência em determinados contextos, que pode ser explicada a partir da noção de Mercado Linguístico (BOURDIEU, 1977). Privilegiaremos, assim, a análise do fenômeno baseando-nos em dois grupos de fatores sociais (idade e escolaridade). Buscamos apontar e reforçar a íntima relação que há entre estrutura linguística e social, bem como a heterogeneidade ordenada, inerente às línguas.

Palavras-chave: Futuro do pretérito; Imperfeito do indicativo; Oração condicional; Variação linguística; Pressão normativa.

Abstract: This article is the result of an analysis of the alternation between verbal forms on conditional sentences headed by the conjunction –SE and that rest under the notion of the *irrealis* (GIVÓN, 1995). Ex.: *Se eu tivesse dinheiro, compraria/comprava/ia comprar/iria comprar uma*. Based on the principles of Variationist Sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG 1968, LABOV 1972, 1994, 2001), the results show that the use of the imperfect has often advanced.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FclAr, Araraquara, São Paulo, Brasil. Membro do grupo de pesquisa em Sociolinguística de Araraquara (SolAr). Bolsista Capes. Contato: silviafclar@gmail.com.

However, even with the increase of the imperfect, the conditional presents resistance in certain contexts, that can be explained from the notion of Language Market (BOURDIEU, 1977). We will thus privilege the analysis of the phenomenon based on two groups of social factors (age and schooling). We seek, with our reflections, to point and reinforce the intimate relationship between linguistic structure and social structure, as well as the heterogeneity inherent in languages.

Keywords: Conditional tense; Imperfect in the indicative; Conditional clause; Linguistic Variation; Normative pressure.

Resumen: Este artículo resulta de un análisis de la alternancia entre formas verbales que se encuentran en sentencias condicionales encabezadas por la conjunción -SE y que están bajo la noción de irrealis (GIVÓN, 1995) – Ej.: Se eu tivesse dinheiro, compraria/comprava/ia comprar/iria comprar uma ilha. Los 216 datos analizados provienen de muestras de habla producidas en el interior paulista en el comienzo del S.XXI (GONÇALVES, s.d.). A partir de los presupuestos de la Sociolingüística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG 1968, LABOV 2008 [1972], 1994, 2001), los resultados apuntan que el uso del imperfecto sigue avanzando a menudo. Sin embargo, mismo con ese aumento, el futuro del pretérito presenta resistencia en determinados contextos, que se puede explicar a partir de la noción de Mercado Lingüístico (BOURDIEU, 1977). Privilegiaremos, así, el análisis del fenómeno basándonos en dos grupos de factores sociales (edad y escolaridad). Buscamos apuntar y reforzar la íntima relación que hay entre estructura lingüística y social, como también la heterogeneidad ordenada, inherente a las lenguas.

Palabras clave: Futuro del pretérito; Imperfecto del indicativo; Oración condicional; Variación lingüística; Presión normativa.

Considerações iniciais

A busca por padrões de uso linguístico sempre foi uma constante dentro (e não somente) dos estudos variacionistas (LABOV, 2008 [1972]), consolidando a heterogeneidade ordenada como premissa básica para aqueles que buscam descrever o fato linguístico. Além disso, partindo do pressuposto de que língua e sociedade são realidades indissociáveis, é sabido que estudar um determinado fenômeno linguístico exigirá não somente um olhar atento para as estruturas internas do fenômeno, mas também uma preocupação com as estruturas sociais que o permeiam.

Sabendo que Labov (2008 [1972]) postula para a observação de fenômenos variáveis e, mais precisamente, para a compreensão de processos de mudança linguística, dois tipos de análise: (i) a análise em

tempo real (via diacronia) e (ii) a análise em tempo aparente (via sincronia)¹, os resultados obtidos na presente pesquisa, que se insere em análises do tipo (ii), culminam em uma discussão que acaba por conceber a variante mais prestigiada como um capital linguístico (BOURDIEU, 1977).

As pesquisas do tipo (ii) refletem distintos estágios de desenvolvimento de um fenômeno na língua a depender da geração da qual cada informante faz parte. Todavia, é também possível identificarmos, ao invés de uma mudança em progresso via gradação etária, uma variação estável, em que falantes de determinadas idades optam pelo uso de uma variante que é característica do grupo e do contexto do qual fazem parte. E é nessa linha que o uso de formas de maior prestígio surge como um capital linguístico (BOURDIEU, 1977), pois essas formas “precisam” estar inseridas dentro da competência de um falante, dadas a exigências de determinados contextos ou até mesmo de determinados estágios pelos quais passamos na vida, como o período em que nos encontramos em atividade no mercado de trabalho.

Isto posto, é sabido que o trabalho esteve sempre presente nas sociedades que, em constante evolução, transformaram-se e continuam se modificando a cada dia. Ainda, a língua, produto e reflexo dessa sociedade, também varia/variou e pode/pôde mudar ao longo dos anos. Portanto, fulcral para a presente discussão está o reconhecimento dos diferentes papéis que a comunicação ocupa e ocupou ao longo da história dentro das esferas de trabalho.

Assumimos, neste artigo, que estrutura linguística e estrutura social estão intimamente relacionadas e em constante evolução. Basta pensarmos, mesmo que de maneira incipiente, na modificação do modo de trabalho ao longo dos anos, tendo em vista que o desenvolvimento da intelectualidade humana na construção do materialismo é primordial para refletirmos acerca da constituição do homem que temos hoje. A língua, como parte constitutiva dessa intelectualidade, também vem cumprindo diferentes papéis ao longo do

¹ Lembramos que o primeiro método procura captar o estágio de mudança de determinado fenômeno linguístico por meio de fatos linguísticos que se situam ao longo de uma cronologia, englobando diferentes momentos. Já a análise em tempo aparente pressupõe um estudo de dados produzidos por falantes de diferentes gerações em um mesmo momento.

desenvolvimento das sociedades como um todo. Limitando-nos apenas às mudanças ocorridas no final do século XX, já é possível percebermos como as modificações que o capitalismo teve afetaram a posição das línguas no mundo, na medida em que as escolhas pelo uso deste ou daquele idioma como língua franca não se deu de forma voluntária, mas por pressões históricas, políticas e econômicas. Além de pensarmos nesse nível macro, é possível pensarmos também em um nível mais micro, em que as escolhas por diferentes variedades (embora nem sempre conscientes) se dão dentro de uma mesma língua e podem ser resultado, dentre outros fatores, dessas mesmas pressões.

Por conseguinte, no interior do espectro estrutura linguística, trabalharemos com o fenômeno da alternância verbal em estruturas condicionais. Nossa variável dependente compreende duas variantes, cada qual com duas possibilidades de expressão (formas de futuro do pretérito e formas de pretérito imperfeito do indicativo):

Se eu tivesse dinheiro, **COMPRARIA** uma ilha. [*futuro do pretérito simples, FP*]

IRIA COMPRAR uma ilha. [*futuro do pretérito perifrástico, FP*]

COMPRAVA uma ilha [*pretérito imperfeito simples, PI*]

IA COMPRAR² uma ilha. [*pretérito imperfeito perifrástico, PI*]

No que se refere à estrutura social, privilegiaremos a descrição da idade e da escolaridade dos informantes (cruzando-os em determinado momento, como veremos adiante). A escolha por trabalharmos com esses dois fatores se justifica pelos resultados quantitativos obtidos na análise, estando ambos intimamente relacionados qualitativamente à inserção ou não de pessoas no mercado de trabalho (SANKOFF, KEMP, CEDERGREN, 1978). A conjunção dessas estruturas, na análise, funcionará como substrato para as nossas discussões sobre Mercado Linguístico, pensado com base na

² Classificamos as formas com IR+Infinitivo ora como de pretérito imperfeito ora como de futuro do pretérito levando em conta a flexão do auxiliar (IA+Infinitivo ou IRIA+Infinitivo), portanto essas formas foram amalgamadas às demais, IRIA+Infinitivo como forma de futuro do pretérito (FP) e IA+Infinitivo como de pretérito imperfeito do indicativo (PI). Para diferenciá-las das demais, em determinado momento, correlacionaremos a elas os seguintes grupos: estrutura (simples ou perifrástica) e identidade lexical do verbo.

realidade brasileira e, mais precisamente, na paulista, visto que os dados provêm de uma amostra do interior de São Paulo, como veremos detalhadamente mais tarde.

Logo, dividimos este artigo da seguinte forma: primeiramente, como partiremos de um fenômeno específico, (i) contextualizaremos a alternância verbal em condicionais, levando em conta questões ligadas ao estatuto das formas verbais nesses contextos, tanto no quesito social, na medida em que uma forma parece ter mais prestígio que outra, quanto no quesito semântico, na medida em que estamos lidando com um fenômeno linguístico que está além do nível fonológico e, portanto, precisamos lidar com possíveis nuances semânticas que subjazem a uma ou a outra forma. (LAVANDERA, 1978; SANKOFF, 1980; ROMAINE, 1984; WEINER; LABOV, 1983; GADET, 1992; SILVA-CORVALÁN, 2001; CHAMBERS, 2003; MILROY; GORDON, 2003; HASTY, 2014) - aspecto caro aos estudos variacionistas. Em seguida, (ii) faremos uma breve apresentação do *corpus* de onde os dados foram retirados. A terceira seção traz, (iii) à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Laboviana, os caminhos percorridos e os resultados gerais da análise do fenômeno (mas sem uma discussão detalhada de cada resultado ou de cada grupo de fatores linguísticos)³. Como pressão social está intimamente ligada às nossas práticas sociais, a terceira seção (iv) apresenta um breve panorama do uso da comunicação dentro do mercado de trabalho nos últimos anos. Em seguida, (v) partiremos para uma análise detalhada dos grupos de fatores idade e escolaridade, comparando o movimento da variante mais privilegiada - Futuro do Pretérito -com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito da inserção, por idade, de pessoas do interior paulista, no mercado de trabalho. O cruzamento dos dois fatores em análise (idade e escolaridade) permitirá refletirmos sobre a noção de mercado linguístico, e, conseqüentemente, sobre a pressão normativa exercida em determinados grupos sociais, que acabam optando por variantes mais prestigiadas. Por fim, (v) seguimos para as considerações finais.

³ Visto que o escopo deste trabalho é outro, privilegiaremos detalhadamente a descrição e interpretação de apenas dois grupos de fatores específicos: o de idade e o de escolaridade.

O fenômeno da alternância verbal em orações condicionais

Chamamos de oração condicional, condicionante, antecedente ou prótase a oração de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional da outra oração: a condicionada, a consequente ou a apódose, também designada na tradição gramatical por ‘principal’ (MATEUS et al., 2003)

Para Ilari e Basso (2008, p. 313), “a função do período hipotético é indicar que a verdade de um certo conteúdo proposicional é garantia de verdade do outro, ou, equivalentemente, que nós estamos condicionando a verdade de um conteúdo à verdade de outro”. Há, portanto, nesse universo hipotético onde se inserem as condicionais, a chance de fazermos remissão para “um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação” (MATEUS et al, 2003, p. 707), estando a realização do conteúdo proposicional da oração consequente (apódose) dependendo da antecedente, da garantia de verdade do conteúdo desta.

Vem, por conseguinte, merecendo destaque nos estudos sobre as condicionais, o estudo dos diferentes graus de hipoteticidade manifestados por cada construção; ou seja, a “possibilidade de realização do conteúdo da apódose, dada a realização ou verdade da condição expressa na prótase” (NEVES, 1999, p. 497-498). Assim, a primeira evidência sobre o estudo em construções condicionais, principalmente naqueles de viés funcionalista (NEVES, 1999; HIRATA-VALE, 1999, 2005), é a identificação das possíveis nuances semântico-pragmáticas expressas por arranjos diversos, incluindo a articulação dos diferentes tempos e modos verbais no esquema prótase-apódose. Abordamos, neste artigo, a alternância entre as formas de futuro do pretérito (doravante FP, cf. exemplo 1a e 1b)⁴ e pretérito

⁴ As indicações que seguem os exemplos se referem a características e localização no Banco de Dados Iboruna. AC significa “Amostra Censo” e o número que segue a sigla indica o número da entrevista e do entrevistado. NE, neste caso, significa que o exemplo foi recolhido em uma “narrativa de experiência”, um dos tipos textuais que compõem a amostra. Os demais tipos são NR (narrativa recontada), DE (descrição),

imperfeito do indicativo (doravante PI, cf. exemplo 2a e 2b) em apódoses de sentenças condicionais encabeçadas pela conjunção *se* e que repousam sob a noção de *irrealis* (GIVÓN, 1995) como nos exemplos a seguir, retirado do *corpus*.

(1) Formas de futuro do pretérito (FP)

(1a) Inf.: se eu tivesse::... infra-estrutu::ra né? que já trabalhasse tal eu **levaria** a J. embora... [Doc.: nossa] eu traria pra Rio Preto né? (AC-120; NE: L.362-363)

(1b) Inf.: aí meu irmão pegô(u) falô(u) assim – “se fosse você acho que tam(b)ém **iria ficá(r)** né? (AC-15; NR: L.408)

(2) Formas de pretérito imperfeito do indicativo (PI)

(2a) Inf.: lógico... se fosse comigo tam(b)ém eu:: já **entrava** em pânico... (AC-054; NR: L.116-117)

(2b) Inf.: Se São Paulo plantasse São Paulo **ia superá(r)** esses estados. (AC-151; RO: L.520-521)

A princípio, se nos atentarmos ao tratamento dado à alternância entre FP e PI, no decorrer da história, perceberemos que já não é de hoje que o futuro do pretérito possui um *status* mais elevado perante a norma gramatical em contextos hipotéticos, diferente do uso do pretérito imperfeito no mesmo contexto. É o que fica evidente nas afirmações de Bueno (2007):

Na língua clássica encontram-se alguns exemplos de imperfeito do indicativo pelo condicional: “Se elle viesse, eu sahia” (Vieira). Machado de Assis abusou deste emprego, que não se recomenda, embora dele haja alguns exemplos segundo dissemos. Tal correlação de tempo parece-nos inquinada de galicismo (BUENO 1958, p. 178, apud SOUSA, 2007).

Essa afirmação já não se enquadra completamente na contemporaneidade, visto que o uso do verbo no pretérito imperfeito para expressar hipótese ou condição parece estar incorporado por nós - falantes do Português Brasileiro (PB). Além disso, algumas gramáticas atuais com orientação descritiva (CASTILHO, 2012; PERINI, 2010)

RP (relato de procedimento) e RO (relato de opinião). Por fim, temos a indicação da(s) linha(s) em que o exemplo se localiza na entrevista.

ou mais normativa (BECHARA, 2009) já registram o uso recorrente dessa alternância na língua, principalmente em contextos de fala menos formal, embora outras gramáticas, de cunho mais normativo, não se refiram à alternância e às possibilidades de variação de uso do imperfeito do indicativo pelo futuro do pretérito (LIMA, 2011; ABREU, 2003).

Lembramos que o termo alternância é utilizado por não termos ainda exposto os diferentes olhares que há na literatura linguística acerca do estatuto da troca de PI por FP e vice e versa – tal intercâmbio configuraria (i) um caso de variação no sentido laboviano, em que a escolha de uma ou outra forma verbal veicula o mesmo sentido, ou funcionalmente comparável⁵ (cf. Lavandera, 1984) ou estaria (ii) cada uso associado a um valor específico, cumprindo funções comunicativas diferentes?

Travaglia (1987), por exemplo, atribui a alternância do PI e FP a um afastamento ou aproximação do real e do comprometimento ou não com o que se fala. Observando a alternância, primeiramente em falas infantis e depois em falas adultas (tendo em vista também o grau de escolaridade dessas pessoas), o autor faz a seguinte afirmação:

Não considerando a influência da norma culta que em certos casos recomenda o uso do futuro do pretérito, pode-se dizer que a escolha do falante, ao organizar seu discurso, será controlada pelo seguinte: se ele vê o fato como certo, mas afastado da realidade usará o pretérito imperfeito do indicativo; mas se ele vir o fato como apenas hipotético, provável, possível (portanto outra modalidade) usará o futuro do pretérito (TRAVAGLIA, 1987, p. 71).

Outros trabalhos assumem a variação propriamente dita (TESCH, 2011; COSTA, 1997, 2003; SOUSA, 2007). Sousa (2007), por exemplo, analisou a variação de usos entre o PI e o FP na expressão de hipótese em excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII.

⁵ Assumimos aqui a noção de variação revisitada a partir da discussão sobre a aplicação do modelo teórico-metodológico para fenômenos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos, discursivos), que propõe “debilitar la condición de que el significado deba ser el mismo para todas las formas alternantes, y reemplazarla por una condición de comparabilidad funcional” (LAVANDERA, 1984, p. 45).

Chegouà conclusão, em suas análises, de que o uso do PI é, desde muito cedo, “um indicativo de tendência à mudança – com a prevalência do uso do imperfeito para expressar o irreal –, caso o valor agregado ao futuro do pretérito deixe de ser disseminado pelos veículos reguladores de língua padrão” (SOUSA, 2007, p.13). E acrescenta:

Enquanto a escola, entre outros veículos normatizadores da língua, transmitir a ideia de *status elevado de língua padrão* associada ao uso do *futuro do pretérito*, a oscilação entre este e o imperfeito (remetendo-se à hipótese) estará *ligada à modalização entre formal versus informal*. (SOUSA, 2007, p.11, grifo nosso).

Um de nossos objetivo é identificar padrões de uso de uma ou outra forma, bem como identificar os contextos variáveis. Entretanto, não podemos excluir de todo a possibilidade de haver distintos valores semânticos atrelados a uma ou outra forma verbal, pelo menos em certos contextos. Aliás, essa tem sido a interpretação dada à alternância, quando reconhecida pela tradição gramatical. Não é diferente do que Travaglia (1987) propõe o que nos revela o tratamento que Bechara dá à questão: “uma forma verbal não está por outra ou em lugar de outra, mas sim no lugar de outra significação” (BECHARA, 2009, p.277). A possibilidade de o PI aparecer em lugar do FP estaria condicionada à finalidade de a proposição “denotar um fato certo como consequência de outro que não se deu” (BECHARA, 2009, p.278), em orações como: “*Eu, se tivesse crédito na praça, pedia outro empréstimo*”.

Por conseguinte, temos, de um lado, o *status* mais elevado que ao FP se associa, embora saibamos que o uso de PI no lugar das formas de FP parece não constituir um fenômeno estigmatizado em comparação com o que já se observou em análises, por exemplo, da concordância verbal ou nominal no português (SCHERRE, 2005; MONTE, 2012). Por outro lado, há pesquisas que explicam o uso de uma ou outra forma a partir das nuances semânticas atreladas ao uso dessa ou daquela. De todo modo, principalmente a validade das nuances semânticas existentes e das “delimitações” de contextos variáveis somente se confirma pela investigação, pela análise empírica do fenômeno, de maneira que retomaremos esse ponto quando focalizarmos o percurso e a análise propriamente dita.

O corpus

Os dados analisados são do início da primeira década do século XXI e provêm de 152 entrevistas controladas sociolinguisticamente, presentes na Amostra Censo do projeto Amostra Linguística do Interior Paulista – ALIP (GONÇALVES, s.d.). Como veremos posteriormente, encontramos um número “pequeno” de dados, embora nossa busca tenha sido feita nas 152 entrevistas, cada uma com cerca de uma hora de duração. Isso se deve a um dos problemas encontrados nesse tipo de análise: a restrição contextual ou “raridade de formas sintáticas” (LABOV, 2008[1975], p.223). Assim, precisamos, necessariamente, lembrar sobre o fato de determinadas estruturas sintáticas não aparecerem com tanta frequência em um *corpus*, em comparação com fenômenos de nível fonológico.

Acerca do *corpus* propriamente dito, ressaltamos que se trata de um *corpus* oral, representativo de variedade do português do interior de São Paulo e que atende aos seguintes critérios: 5 grupos etários (7-15 anos; 16-25 anos; 26-35 anos; 36-55 anos e mais de 55); 4 níveis de escolaridade (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Ensino Superior); sexo/gênero (feminino, masculino), renda (até 5 salários mínimos, de 6 a 10 salários mínimos, de 11 a 24 SM e mais de 25 SM) e quanto à cidade de origem de cada informante (Bady Bassitt, Cedral, Onda Verde, Mirassol, Guapiaçu, Ipiguá e São José do Rio Preto).

O estudo levou em conta o possível papel de tais categorias sociais sobre a alternância de FP e PI com ênfase, neste trabalho, para o papel da idade e da escolaridade, fornecendo, assim, um mapeamento detalhado e inédito do fenômeno no português paulista.

Além disso, o *corpus* oferece um outro diferencial: foi estruturado a partir da coleta de cinco modalidades de texto (narrativa de experiência, narrativa recontada, descrição, relato de procedimento e relato de opinião). Essa organização permitiu que verificássemos se a construção hipotética está ou não associada com algum espaço particular de produção verbal, com objetivos comunicativos e temáticas específicos.⁶ Todavia, esse aspecto não será trabalhado a fundo neste artigo, como já mencionado.

⁶ Uma análise detalhada desse aspecto pode ser vista em Brandão (2015).

Caminhos percorridos a partir dos resultados obtidos

A partir de uma abordagem variacionista, o estudo empírico do fenômeno tomou como instrumento de análise a metodologia da Sociolinguística laboviana (LABOV, 2008 [1972]; MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2006). Os procedimentos incluíram: (i) a delimitação da amostra a ser estudada e a coleta de dados (ii) identificação dos contextos variáveis; (iii) a definição de grupos de fatores que possam influenciar a variação; (iv) a análise e codificação dos dados segundo os grupos de fatores definidos; (v) a quantificação das informações resultantes da análise, com o auxílio do programa Golvarb-X (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005); (vi) a interpretação dos resultados da quantificação à luz das hipóteses e da base teórica.

No que se refere ao procedimento (ii), ao lado dos fatores que permitiam caracterizar a variação, identificamos fatores categóricos⁷ na correlação com uma ou outra forma verbal. Sabemos que a noção de categoricidade é cara aos estudos linguísticos como um todo, assim como a noção de variável em análises de fenômenos que se encontram em níveis acima da fonologia gerou e ainda gera polêmicas no âmbito da Sociolinguística, principalmente pelo fato de fenômenos acima da fonologia necessitarem que o analista opere com o significado que vem inerentemente atrelado às formas linguísticas nesses níveis (CHAMBERS, 2003; MILROY; GORDON, 2003). Porém, uma análise prévia dos grupos de fatores nos ajudou a separar contextos de uso obrigatório (portanto categórico) de uma ou outra forma, bem como os contextos opcionais (variáveis) - postura já adotada por outros estudos (SILVA-CORVALÁN, 2001) e bem-sucedida.

Analizamos o fenômeno com base nos seguintes grupos de fatores: (i) formas verbais da apódose (variável dependente); (ii) formas verbais da prótese; (iii) identidade lexical do verbo na apódose; (iv) saliência fônica; (v) ambiente sintático; (vi) momento de referência; (vii) grau de hipoteticidade, (viii) tipo textual; (ix) faixa etária; (x) escolaridade; (xi) renda e (xii) sexo⁸.

⁷ Categórico entendido como noção probabilística (SANKOFF, 1980, p. 82) - probabilidade igual a zero.

⁸ Para uma descrição detalhada de cada variável, conferir Brandão (2015).

Em uma rodada preliminar no Goldvarb-X, no total de 216 dados encontrados, encontramos 59 dados de futuro do pretérito (27%) e 157 de pretérito imperfeito do indicativo (73%). A partir das onze variáveis independentes selecionadas para a análise, chegamos a 59 dados de contextos categóricos, que, posteriormente, foram excluídos da análise do peso relativo, embora façam parte da análise global, contribuindo para o entendimento da variável dependente como um todo. Em tais contextos categóricos, o PI era o que estava presente em todos eles, como se vê nas tabelas 1 e 2. Assim, os dados deixados de “fora” do envelope de variação foram os que traziam formas de indicativo na prótase (Cf. 3) e os que possuíam um grau de hipoteticidade habitual, imprimindo especialmente aspectualidade (Cf. 4).

(3) Inf.: então é uma área muito sacrificada... é uma área que/ aliás nem ne/ nem todos gostam dessa área... a gente trabalha nisso porque a gente precisa me(s)mo... porque se a gente num **precisava** a gente num **trabalhava** não. (AC-68; RO: L.206-208)

(4) Inf.: só que tem cidade que tinha um... um aparelho... e uma linha... ((barulho de moto)) então um/ **se tivesse** alguém falando... naquele cabo lá... ela **ficava** acumulando as pessoas... com uma certa ordem... (AC-114; NE: L.174-176)

Tabela 1: Frequência e percentual das formas verbais na apódose, de acordo com a forma verbal da prótase

	Futuro do Pretérito		Pretérito Imperfeito	
	N	%	N	%
Indicativo	0	0	26/26	100%
Subjuntivo	59/190	31%	131/190	69%
Total	59/216	27%	157/216	73%

Fonte: a própria autora

Tabela 2: Frequência e percentual das formas verbais de acordo com o grau de hipoteticidade

	Futuro do Pretérito		Pretérito Imperfeito		Total	
	N	%	N	%	N	%
Habitual	0	0	42	100%	42	19%
Eventual	32	34%	61	65%	93	43%
Contrafactual	27	33%	54	67%	81	28%
Total	59	27%	157	73%	216	100%

Fonte: a própria autora

Observamos que mesmo havendo nuances semânticas entre as construções (percebidas pelo grupo de fatores grau de hipoteticidade), há variação, exceto em construções condicionais que traziam a hipoteticidade “habitual” (Cf. exemplo 4), pois neste, necessariamente, em 100% dos dados, o informante utilizou as formas de PI. Contudo, se o informante utilizava uma construção condicional para conotar uma hipótese de algo que teria a possibilidade se se realizar (eventual) (Cf. exemplo 5a e 5b) ou para conotar algo que aconteceria, mas que não aconteceu, dadas as circunstâncias diversas (contrafactual) (Cf. exemplo 6a e 6b), este fazia um uso variado das formas verbais.

(5) EVENTUAL

(5a) Inf.: O nosso país ele vai melhorá(r) um dia... quem sabe?... éh:: isso depende não só deles... mas da gente também um po(u)co... acho que se a gente começasse a prestá(r) mais atenção... no nos/ no nosso povo::... na nossa::... na nossa conquista a gente **podia** chegá(r) até hoje... aí ia melhorar ia ma::s/. (AC-35; RO: L.510-513) [pretérito imperfeito do indicativo]

(5b) Se a gente fosse atrás também... pra sabê(r) a gente **mudaria**... e mostraria realmente a cara de vários políticos que tem por aí... (AC-49; NR: L.95) [pretérito imperfeito do indicativo]

(6) CONTRAFACTUAL

(6a) eles num tão aqui... eles tão pra fora do país fazem(d)o som... (sei lá)... se não **fosse** bom num **ia tá** longe né?... **ia tá** tocan(d)o assim por aqui... (AC-43; RO: L. 158-159) [pretérito imperfeito do indicativo]

Prótase positiva: Se não fosse bom
Pressuposto negativo: Seu trabalho é bom
Apódose positiva: Eles não estariam longe
Conteúdo asseverado negativo: Eles estão longe

(6b) Inf.: apesar de tê(r) votado nele... o:/: oDIEI meu voto **rasgaria** ele se ele **fosse** de papel nunca mais voto nele. (AC-83; RO: L. 377) [futuro do pretérito]

Prótase positiva: Se o voto fosse de papel
Pressuposto negativo: o voto não é de papel
Apódose positiva: Rasgaria o voto
Conteúdo asseverado negativo: Não rasgará o voto porque ele não é de papel

Assim, chegamos à conclusão de que há contextos em que o uso de uma ou outra forma parece estar associado a questões semânticas (grau habitual) e formais (indicativo na prótase) desse tipo de construção, não constituindo, a princípio, um caso de variação. Porém, os demais contextos evidenciam a variação entre FP e PI, como veremos a seguir.

Após separarmos os dados categóricos (49 dados) dos variáveis (167 dados), calculamos o peso relativo sobre os segundos, o que nos mostrou que os grupos estatisticamente mais relevantes, entre aqueles onze apresentados anteriormente, são: identidade lexical do verbo na apódose (destacamos aqui, a saber, 0.75 para uso de IA+Infinitivo) e escolaridade - observamos, para o uso de PI, 0.83 referente ao 1º Ciclo do Ensino Fundamental, 0.37 no 2º Ciclo do Ensino Fundamental, 0.47 no Ensino Médio e 0.46 no Ensino Superior; para o uso de FP, 0.17, 0.63, 0.53 e 0.46 quando nas mesmas condições.

Como vemos, um dos grupos de fatores mais significantes refere-se à identidade lexical do verbo. Tal resultado nos permite tomar algumas decisões, como separar as formas de IR+Infinitivo das demais. Retirando os dados categóricos e separando as formas com

IR+Infinitivo, chegamos aos resultados da parte direita da tabela a seguir

Tabela 3: Frequência das formas verbais: total de dados e apenas dados variáveis

	ALIP (2003) Dados variáveis e categóricos		ALIP (2003) Apenas dados variáveis	
	N	%	N	%
FP	52	25%	52	31%
PI	107	49%	64	39%
IA+V	50	23%	44	26%
IRIA+V	7	03%	7	04%
Total	216	100%	167⁹	100%

Fonte: a própria autora

A partir dos dados da direita, outra rodada foi feita. Sabendo que as formas de IA+Infinitivo poderiam estar enviesando resultados se amalgamados em uma análise binária, realizamos uma rodada sem essas formas, portanto em 116 dados. A escolaridade manteve-se como fator estatisticamente mais relevante, embora com algumas diferenças nas unidades numéricas (para o uso de PI, 0.83 referente ao 1º Ciclo do Ensino Fundamental, 0.47 no 2º Ciclo do Ensino Fundamental, 0.47 no Ensino Médio e 0.34 no Ensino Superior; para o uso de FP, 0.17, 0.53, 0.53 e 0.66 quando nas mesmas condições). Outro fator selecionado pelo Goldvarb-X como estatisticamente mais relevante foi, agora, o momento de referência (0.61 para uso de PI em contextos de projeção para o passado, 0.28 em contextos com projeção para o futuro; 0.39 e 0.72 de FP quando nas mesmas condições.). O que podemos observar, após essas separações, é uma diferença ainda mais acentuada entre o uso de uma ou outra forma. Vemos que o uso de PI ganha “peso” na fala de pessoas com menos escolaridade, enquanto o FP o é na fala de pessoas com o ensino superior. No que se refere aos contextos linguísticos, observamos que o uso de PI e FP também sofre forte influência do momento de referência: quando o falante fazia referência a um fato do passado, usou mais o PI. Já, quando a projeção era futura,

⁹ Parte dos dados de grau habitual traziam verbos no indicativo na prótase, portanto já haviam sido excluídos pelo fator formal.

ele optou pelo FP¹⁰. Tal separação das formas de IR+Infinitivo das demais foi relevante para avaliarmos o peso relativo (em uma análise binária, os pesos, ou os efeitos, são complementares), mas lembramos que as quatro variantes fazem parte do nosso estudo. A análise variacionista leva em conta o comportamento de todas as variantes em jogo e de todos os contextos de possível ocorrência (cf. BRANDÃO, 2015). Viemos, até então, ilustrando os contextos de uso e de restrição de uso de uma ou outra forma, realizando testes, mas como já mencionado no início deste texto, nosso objetivo é usar um dos resultados como substrato para pensarmos estrutura linguística e estrutura social.

Portanto, mesmo com um número pequeno de dados, falaremos detalhadamente sobre os resultados obtidos com idade e escolaridade para, posteriormente, discutirmos a noção de Mercado Linguístico. Já que os dados de IRIA+Infinitivo mostram-se numericamente insuficientes para cada célula (GUY; ZILLES, 2007), apresentaremos o resultado de PI, FP e IA+Infinitivo em conjunção com idade e escolaridade. Assim, avaliaremos o comportamento dessas formas verbais em 160 dados, mas, quando formos apresentar o cruzamento, amalgamaremos as formas de IRIA+Infinitivo às de FP e as de IA+Infinitivo às de PI, visto que essas perífrases, como veremos a seguir, possuem um comportamento “homogêneo” dentro das categorias. Especial atenção, neste artigo, será dada à resistência da variante mais privilegiada – futuro do pretérito, o que se justificará adiante.

Fatores sociais em análise - idade e escolaridade

Como mencionado desdeo início, trabalharemos, neste artigo, com o fenômeno em conjunção com a idade e escolaridade dos informantes. Em relação à idade, vemos que as condicionais, como um todo, ocorreram em menor escala na fala de informantes que tinham entre 7 e 15 anos e em maior escala quando os informantes tinham entre 36 e 55 anos. Na tabela a seguir é possível conferir frequência

¹⁰ Uma análise detalhada de cada grupo de fatores analisado, incluindo a das perífrases de IR+Infinitivo pode ser conferida em BRANDÃO (2015).

exata com que cada forma verbal apareceu no *corpus* e sua proporção de uso dentro de cada faixa etária.

Tabela 4: Frequência e proporção de FP, PI e IA+Infinitivo de acordo com a faixa etária dos informantes

	FP	PI	IA+Infinitivo	Total
7-15 anos	6 - 35%	10 - 59%	1 - 6%	17 - 11%
16-25 anos	13 - 32%	9 - 23%	18 - 45%	40 - 25%
26-35 anos	10 - 29%	17 - 50%	7 - 21%	34 - 21%
36-55 anos	17 - 47%	12 - 33%	7 - 20%	36 - 23%
56 anos ou mais	5 - 16%	16 - 52%	10 - 32%	31 - 20%
Total	51 - 32%	64 - 41%	43 - 27%	158 ¹¹ - 100%

Fonte: a própria autora

Observamos que falantes que tinham entre 7 e 15 anos, entre 26 e 35 e com 56 anos ou mais usaram em maior escala o PI. Falantes com idade entre 16 e 25 foram os que mais fizeram uso da perífrase IA+Infinitivo. Já o FP apareceu em maior escala na fala de informantes que tinham entre 36 e 55 anos. Tal resultado já vai ao encontro do que se propõe para a noção de mercado linguístico, principalmente quando olhamos para o uso da variante dita mais prestigiada – a de FP. Todavia, isso é algo que será melhor elucidado adiante, com o cruzamento entre idade e escolaridade.

No que diz respeito à escolaridade dos informantes, notamos que a construção condicional, embora presente na fala de informantes de todos os níveis de formação, é menos recorrente nas falas dos que completaram ou que estão cursando o 1º Ciclo do Ensino Fundamental, o que nos leva a cogitar uma relação com o momento em que a estrutura condicional passa a integralizar o currículo escolar. Esse aspecto, porém, não entra no escopo deste estudo. De todo modo, ainda que a estrutura não seja produtiva, é inquestionável que o PI predomina

¹¹ Há dois dados a menos na contabilização da idade dos informantes porque não encontramos a estratificação da idade desses no ALIP (um dado era de FP e outro de IA+Infinitivo).

nesse grupo, com percentual expressivo (63%), como se pode observar na tabela 5.

Tabela 5: Frequência e proporção de FP, PI e IA+Infinitivo de acordo com a escolaridade dos informantes

	FP	PI	IA+Infinitivo	Total
1º Ciclo do Ensino Fundamental	3 - 12%	15 - 63%	6 - 25%	24 - 15%
2º Ciclo do Ensino Fundamental	17 - 36%	20 - 42%	10 - 22%	47 - 29%
Ensino Médio	12 - 30%	16 - 41%	11 - 29%	39 - 25%
Ensino Superior	20 - 40%	13 - 26%	17 - 34%	50 - 31%
Total	52 - 32%	64 - 40%	44 - 28%	160 - 100%

Fonte: a própria autora

Em contraste com os resultados do 1º Ciclo, há (relativamente) um maior índice de futuro do pretérito no 2º Ciclo do Ensino Fundamental, que muito se aproxima dos resultados obtidos em falas de pessoas com o Ensino Superior. Podemos pensar que uma forma avaliada mais positivamente – o FP – (cf. SOUSA, 2007) está ligada a pessoas que possuem maior grau de instrução (Ensino Superior), mas que essa correlação não é absoluta para o fenômeno em questão e deve ser considerada em conjunto com outros fatores, como faremos a diante. Tal semelhança de frequência de FP no 2º Ciclo e no Ensino Superior pode estar ligada ao momento em que se focaliza na escola as correlações modo-temporais dentro do contexto condicional, mas deixaremos essa discussão para outro momento.

Além disso, quando fazemos a leitura verticalmente, vemos que a forma de PI é a preferida em todos os níveis de escolaridade, exceto no ensino superior, onde os falantes usaram mais o futuro do pretérito, seguido das perífrases de IA+Infinitivo. Poderíamos nos perguntar se essas perífrases formadas a partir de IA+Infinitivo possuem mais *status* que as formas simples de PI, mas nos limitaremos falando que tais perífrases parecem ter, de fato, um comportamento diferenciado em relação às formas de PI e FP, aparecendo ora em maior escala em contextos de mais PI, ora em contextos prototípicos de

mais FP, funcionando como uma espécie de “curinga”, que circula entre PI e FP, mas que não ocorre em maior escala que as outras duas formas em nenhum contexto. Todos os nossos resultados obtidos com os grupos de fatores seguem esse esquema [$PI > IA + \text{Infinitivo} > FP$] ou essa [$FP > IA + \text{Infinitivo} > PI$](cf. BRANDÃO, 2015).

Por conseguinte, tendo em vista que a forma perifrástica de IR+Infinitivo se distribui de forma mais ou menos homogênea entre os níveis de escolaridade, em comparação com as formas de PI e FP, privilegiaremos, a partir de então, o cruzamento feito entre idade e escolaridade amalgamando as perífrases de IA+Infinitivo e IRIA+Infinitivo às demais. Nosso interesse maior, como veremos posteriormente, é no comportamento da forma de maior prestígio – o FP.

Panorama conciso do papel da língua dentro dos modos de produção em meados e no final do século XX

Concomitante às mudanças políticas, econômicas e culturais, está também à mudança no modo de trabalho ao longo da história. Ainda, é possível observarmos que as línguas ocupavam papéis distintos a depender de cada modo de produção, sendo a comunicação, nos meios de produção, vista ora como mais “periférica” ora como mais central dentro desses contextos, como veremos a seguir.

Antes da década de 1970, o que vigorava no Brasil e no mundo era o fordismo, que consiste em uma forma de produção e de consumo em massa. Baseado em trabalhos parcializados e em grandes quantidades, esse modo de produção “exigia empregados fixos, acostumados com os mesmos movimentos durante todo o dia, e que trabalhavam em silêncio em uma estrutura rotineira” (OLIVEIRA, 2010, p. 22), de modo que a comunicação deveria ser a mínima possível para que o rendimento não fosse afetado negativamente. Além disso, produzidos em altas escalas, os produtos eram vendidos por menores preços e por um número reduzido de distribuidores.

Já, a partir de 1970 e, de modo mais intenso a partir de 1990, com uma crise que se instala dentro da relação “alta produção e alto consumo”, a comunicação ganhou centralidade dentro da então chamada “Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento” ou ainda “Nova Economia”, de maneira que as produções em escalas,

presentes desde a Segunda Guerra Mundial, cederam espaço para uma produção mais maleável, heterogênea. Segundo Oliveira (2010), o declínio do fordismo ocorreu devido ao esgotamento de possibilidade de crescimento ilimitado de consumo de bens padronizados, “seja porque a massa salarial de consumidores era limitada, seja porque, no momento de contra-ciclo do crescimento capitalista – as crises –, grandes estoques de mercadorias que não poderiam mais ser vendidos se deterioravam” (p. 23).

Por conseguinte, a produção em massa de bens padronizados cedeu espaço para a produção de pequenas quantidades de diferentes modelos do produto (MARAZZI, 2009), em que os modos de produção são, agora, os mais flexíveis e também sensíveis:

(...) organizar o trabalho interno do modo mais flexível possível. Esse é seguramente o aspecto mais aparente que diferencia o modo de produção emergente daquele da época passada, posterior à Segunda Guerra Mundial, chamado ‘fordista’ (...). Se antes (...) tempos e métodos de produção eram ferramentas programadas, na época pós-fordista em que vivemos tudo é muito menos programável, com frequência cada vez maior é preciso confiar nas situações oferecidas pelo mercado; oportunidades que não se deve deixar escapar porque, num período de forte concorrência e saturação dos mercados, cada variação mínima da demanda pode ser fatal ou significar a salvação para a empresa, para a continuidade da sua produção (p. 14-15).

Assim, a comunicação acaba por lubrificar todo o processo produtivo – da produção à distribuição-venda das mercadorias – exigindo um trabalhador, por vezes, multifuncional, que se mantenha firme dentro das relações complexas da inovação-produção na Sociedade. Consequentemente,

no modo de produção fordista, o programa – o planejamento diário, mensal ou anual era determinado em escritórios de programação segregados dos locais de execução e o fluxo informativo era ‘empurrado’ das primeiras às últimas fases da produção. Em vez disso, no novo sistema, o programa é delineado na fase final, justamente a partir das exigências constatadas no mercado, e, dessa fase para trás, **as comunicações** sobre as quantidades de peças específicas a serem produzidas ‘puxam’ o fluxo de trabalho” (MARAZZI, 2009, 16, grifos nosso).

Certamente, os avanços tecnológicos também afetaram as formas de produção e as exigências quanto à comunicação em diferentes esferas, como a digital, por exemplo. Além disso, dois elementos precisam ser deixados em evidência antes de passarmos para a discussão do fenômeno linguístico: o primeiro deles tem a ver com a formalidade que se exige em muitos trabalhos no Brasil, incluindo aí a variedade linguística dita culta ou padrão. O segundo tem relação com o perfil dos trabalhadores no Brasil e, em especial, no estado de São Paulo (em se tratando de idade e escolaridade desses, por exemplo) e com toda a estrutura social que permeia o país.

Interação entre idade e escolaridade: o papel do mercado linguístico

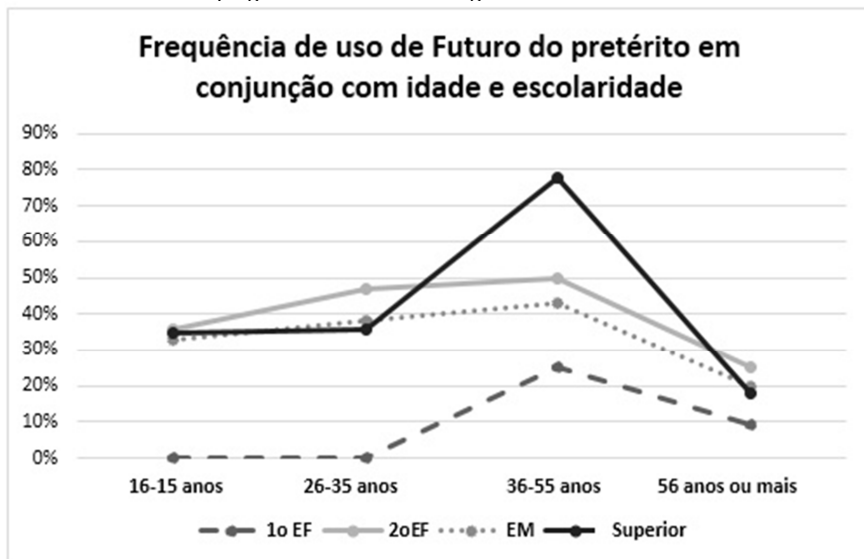
Quando se trata da atuação de fatores sociais sobre fenômenos em variação, sabe-se *a priori* que estamos lidando com variáveis não totalmente independentes. A avaliação de como interagem aspectos como *classe social*, *idade*, *sexo/gênero*, *escolaridade* se torna parte essencial da análise.

Oliveira e Silva e Paiva (1996, p. 371) defendem que: “a variável mercado ocupacional (...) é, juntamente com o nível de escolarização, um dos componentes do mercado linguístico”. Ao retomarem trabalhos já realizados em torno das variedades de maior ou menor prestígio e suas correlações com a idade, escolaridade, e outros aspectos sociais, as autoras nos mostram que há uma correlação direta entre as formas prestigiadas e o mercado linguístico: o emprego das formas padrão é mais frequente entre aqueles falantes com idade de maior inserção no mercado de trabalho. O efeito desse fator mostra-se especialmente significativo entre os falantes “acima de 45 anos” (SILVA; PAIVA, 1996, p. 372).

Assim, como escolaridade foi o grupo de fator mais relevante entre os onze grupos apresentados no início desse artigo, em que FP foi o mais utilizado entre os falantes com mais escolaridade e o menos utilizado entre os falantes com menos escolaridade, vamos cruzar escolaridade com a idade dos informantes, para ver se o padrão se mantém. Os resultados do movimento da forma mais privilegiada – FP –, em um teste binário que compreende PI e FP como variável

dependente no Goldvarb -X-, na interseção idade e escolaridade vêm expostos no gráfico 1, de modo que os percentuais de uso do FP se referem a sua distribuição ao longo dos 167 dados.

Gráfico 1: Emprego das formas de FP segundo a *Idade* e a *Escolaridade*



Fonte: a própria autora

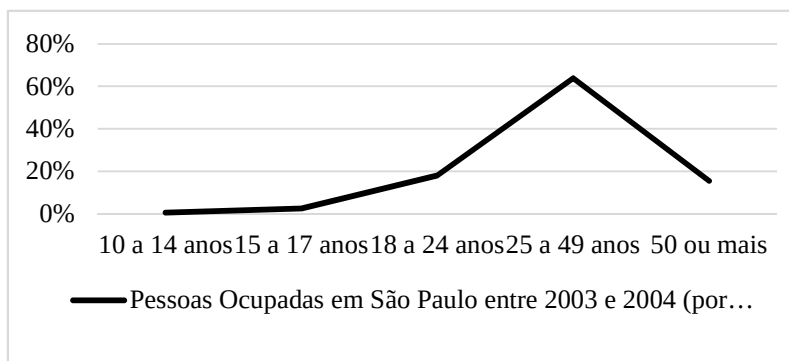
Alguns padrões revelados na figura merecem destaque: (i) a tendência crescente ao uso de FP conforme a faixa etária, atingindo seu ápice entre os informantes de “36 a 55 anos”, com uma queda bastante significativa no grupo de “56 ou mais”, independentemente do nível de escolaridade do informante¹² e (ii) o comportamento diferenciado dos informantes com 1º Ciclo de EF, que não apresentam qualquer uso de FP entre 7 e 35 anos.

Se conferirmos os números informados pelo IBGE entre os anos de 2003 e 2004 (mesma época da coleta dos dados do ALIP), a ideia de que estruturas linguísticas e sociais estão intimamente

¹² 1º EF (1º Ciclo do ensino fundamental); 2º EF (2º Ciclo do ensino fundamental); EM (Ensino médio) e Superior (Ensino Superior).

imbricadas se confirma: basta comparar o movimento dos dois gráficos.

Gráfico 2: Pessoas Ocupadas em São Paulo entre 2003 e 2004 (por idade), com base no IBGE



Fonte: IBGE [s/d].

Como vimos, há um padrão curvilíneo de uso da forma mais prestigiada, de modo que pessoas que se enquadram em uma faixa etária intermediária acabam apresentando maiores índices de uso de uma variante mais prestigiada. Tal constatação se ancora, principalmente, na seguinte interpretação: “[...] o indivíduo, ao entrar no mercado de trabalho, sofre pressões sociais, o que o leva a alterar o seu comportamento linguístico em direção às variantes de maior prestígio social. Com a aposentadoria, essas pressões sociais cessam.” (LUCCHESI, 2012, s/n)

Aplicando tais ideias aos resultados obtidos em nossa análise, trabalhamos com a hipótese de que o grupo etário entre 36 – 56 anos inclui pessoas que estão totalmente inseridas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, podem estar sofrendo mais pressões normativas quanto aos usos linguísticos, sendo obrigadas a optarem pelo uso de uma variante mais privilegiada - neste caso, o FP. Esse é um fator que pode ter influenciado também no baixo índice de produção de FP na

fala de informantes com 56 anos ou mais¹³, tendo em vista que muitos deles podem não mais estar inseridos no mercado de trabalho e, dessa forma, sofrem menos pressão normativa, optando mais pelo PI.

Embora com poucos dados, nossos resultados falam por si só. Para alcançar o significado social desses padrões, recorremos, então, à noção de mercado linguístico, que vem de Bourdieu (1977) como já mencionado, para quem a ideia de mercado linguístico está associada à competência linguística do falante que, por sua vez, é avaliada como um capital que possibilita um sistema de “trocas simbólicas” dentro da sociedade. De acordo com Cruz (1991, p. 80),

[...] a competência dominante funciona como capital linguístico assegurando um ganho de distinção na sua relação com as outras competências, na medida em que os grupos que a detêm são capazes de se impor como únicos, os legítimos, nos mercados linguísticos legítimos (mercado escolar, administrativo, social etc).

Com os resultados e a comparação das duas figuras, a relação estrutura linguística e estrutura social se materializa. Por um lado, lembramos Marx (2008) quando este diz que, ao final de um processo do trabalho, surge um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. Logo, as condições de recepção (sejam elas linguísticas ou de qualquer outra natureza) esperadas dentro do mercado de trabalho devem fazer parte das condições de produção, de modo que, paulatinamente, a abstração chomskiana de competência é abalada, por não incluir uma “competência que permite usar adequadamente a competência - “quando é preciso/possível falar, calar, *falar essa linguagem ou aquela*” (BOURDIEU, 1977, p. 2, grifo nosso).

Por conseguinte, assim como Sankoff, Kemp & Cedergren (1978) somaram outras variáveis extralinguísticas à sistematização metodológica que Labov elabora para a abordagem de variáveis sociais, acreditamos também que a estrutura da sociedade vai além de noções ligadas ao sexo, idade, escolaridade, renda etc. Essas se combinam, se inter-relacionam e se somam a aspectos por vezes menos estratificáveis, dando origem a noções complexas como a de mercado

¹³ A maioria dos informantes que se enquadravam nessa faixa etária tinham entre 65 e 80 anos (Cf. GONÇALVES, s./d).

linguístico, intimamente relacionada a estruturas linguísticas de maior e menor prestígio, por nós aqui estudadas.

Considerações finais

Bourdieu (1977) afirma que algo não existe por si mesmo, sem ser afetado ou qualificado por outros elementos com os quais coexiste, mas funciona como parte de uma estrutura maior. Assim, política, economia, cultura, educação estão intimamente ligados à noção que podemos fazer de língua, de modo que essas estruturas, juntas, formam uma estrutura maior: a identidade de um povo.

Lidamos com um fenômeno que se encontra acima do nível fonológico e que não possui tanto estigma em comparação com outros fenômenos, como vimos ao longo do texto – o que dificulta o reconhecimento do valor social de cada variante. Além disso, a restrição contextual é outro problema que se coloca nesses níveis de análise, de modo que quanto mais delimitamos o fenômeno, com menos dados ficamos. Todavia, acreditamos que trabalhar com poucos dados não é de todo ruim. Por um lado, parece enviesar grandes generalizações, pelo fato de a amostra ser pequena (o que não nos impossibilita de encontrar um padrão dentro do conjunto estudado). Por outro lado, trabalhar com um conjunto pequeno de dados nos permite fazer uma análise mais qualitativa, cercando o fenômeno de diferentes modos.

Assim, tentamos driblar esses problemas e entender o funcionamento de cada forma adotando critérios para delimitação de contextos variáveis, e levando em conta o que outros estudos já haviam obtido com a análise desse fenômeno, principalmente no que se refere ao *status* das variantes. Realizamos este trabalho ancorando-nos em um princípio de Weiner e Labov (1983) quando estes dizem que “Variable elements are found at all levels of linguistic structure.” (p. 31) para, por fim, concluirmos que, quando uma variedade domina o mercado, é em relação a ela, tomada como norma, que se definem, ao mesmo tempo, os preços atribuídos às outras expressões e o valor dessas diferentes “competências”.

Tentamos evidenciar a relação que pode haver entre o uso de determinada variante, a mais prestigiada, por exemplo, como é o caso do futuro do pretérito e seu comportamento ao longo do efeito do

cruzamento entre faixa etária e escolarização. Utilizamos para interpretar nossos resultados a noção de mercado linguístico, que prevê uma pressão maior sobre aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho e, portanto, da variável mais prestigiada fazem uso. Esperamos que com nossos resultados e reflexões tenhamos reforçado a ideia de heterogeneidade inerente às línguas - sempre passível de sistematização -, e a imbricada relação que há entre a estrutura linguística e a social.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. **Gramática Mínima para o Domínio da Língua Padrão**. Cotia: Ateliê editorial, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *L'économie des échanges linguistiques*. Langue Française, Paris, n. 34. 1977.

BRANDÃO, Sílvia Maria. **Variação em formas verbais**: um estudo sociolinguístico da alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo no português paulista. 2015. 66f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letras) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/138994>>. Acesso em: nov. 2016.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic Theory**, 2nd ed., Polity (imprint of Blackwell Publishers), Language in Society series, [1995] 2003.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. **A Variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal do Rio de Janeiro**. 1997. 202f. Dissertação (Mestrado em Linguística) -

Faculdade de letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **A Variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal do Rio de Janeiro.** 2003. 202f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CRUZ, Maria de Lourdes Otero Brabo. Bourdieu e a Linguística aplicada. **Alfa**, v. 35, p. 79-84, São Paulo, 1991.

GADET, Françoise. Variation et hétérogénéité. **Langages**, Paris, v. 26, n. 108, p. 5-15, 1992.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. **Banco de dados Iboruna:** amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: nov. 2016.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and Grammar.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GUY, Gregory.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa** – instrumento de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HASTY, J. Daniel. We might should be thinking this way: Theory and practice in the study of syntactic variation. In.: ZANUTTINI, R. & HORN, L. **Micro-Syntactic Variation in North American English.** Oxford Online: 2014. Disponível em: <<http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780199367221.001.0001/acprof-9780199367221-chapter-9>>. Acesso em: nov de 2016.

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil.** Dissertação de Mestrado. Linguística e Língua Portuguesa. FCL/Ar-Unesp, 1999.

_____. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático.** 2005, 158f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara, 2005.

ILARI, Rodolfo. BASSO, Renato. O verbo. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Unicamp, 2008. v. 1. p. 163-364.

IBGE. **Indicadores de inserção da população do Interior de São Paulo no Mercado de Trabalho.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendim/ento/pnad_continua/>. Acesso em: set. 2016.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. **Principles of Linguistic Change.** Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers. 1994.

_____. **Principles of Linguistic Change.** Vol. 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers. 2001.

LAVANDERA, Beatriz. **Variación y significado.** Buenos Aires: Lachette, 1984.

_____. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in Society**, Cambridge, v. 7, p. 171-182, 1978.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Olympio, 2011.

LUCCHESI, Dante. **A Teoria da Variação Linguística:** um balanço crítico. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 793-805, 2012.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Edipro. Edição condensada, 2008.

MATEUS, Maria Helena de Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 6 ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. **Sociolinguistics: method and interpretation**. 4 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

MONTE, Alexandre. **Concordância verbal e variação**: um estudo descritivo comparativo do português brasileiro e do português europeu. 2012. 171f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções condicionais. In: NEVES, M.H.M. (org) **Gramática do Português Falado**. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v. VII. p. 497-544.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **O lugar das línguas**: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, n. spécial 1, p. 21-30, 2010.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machile de; PAIVA, Conceição. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machile de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões Sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 335-378.

PERINI, Mário. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROMAINE, Suzanne. On the problem of syntactic variation and pragmatic meaning in Sociolinguistic Theory. **Folia Linguística**, v. 18, n. 3-4, p. 409-437, 1984.

SANKOFF, Gillian. Above and beyond phonology in variable rules. In: SANKOFF, G. **The Social life of language**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980. p. 189-222.

_____.; KEMP, W.; CEDERGREN, H. J. The syntax of *ce que qu'est-ce que* variation and its social correlates. In: R. E. SHUY, R. W.; FIRSCHING, J. (eds), **Dimensions of variability and competence**. Washington: Georgetown University Press, 1980.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Ontário: Department of Linguistics, University of Toronto. 2005.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machile de; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se Lindos Filhotes de Poodle: Variação Lingüística, Mídia e Preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA-CORVALÁN, Carmem. **Sociolingüística y pragmática del español**. Washington: Georgetown University Press, 2001.

SOUSA, Fernanda Cunha. A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão de hipótese. **Gatilho**, Juiz de Fora, v. 6, p. 1-16, 2007.

TAGLIAMONTE, Sali A. **Analysing Sociolinguistic Variation**. Cambridge University Press, 2006.

TESCH, Leila Maria. A Variação entre as formas do Futuro do Pretérito e Pretérito Imperfeito do Indicativo na Fala Capixaba. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 2, n.1, p. 89-109, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O Discurso do uso do Pretérito imperfeito do Indicativo no Português. **Caderno de Estudos Linguísticos**,

Uberlândia, n. 12, 1987. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/3268/2745>>. Acesso em: fev. 2014.

WEINER, Judith; LABOV, William. **Constraints on the agentless passive**. J. Linguistics, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: 04/07/2017

Aceito em: 03/08/2017